

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CORREGEDOR NACIONAL DO  
COLENDO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

**MD. HUMBERTO MARTINS**

Ref.: **0008887-70.2018.2.00.0000**

**Outras referências: 0009884-53.2018.2.00.0000**

**0009989-30.2018.2.00.0000**

**0009804-89.2018.2.00.0000**

**0004996-41.2018.2.00.0000**

**0006084-17.2018.2.00.0000**

**0006236-65.2018.2.00.0000**

**0003527-57.2018.2.00.0000**

**PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA**, CPF 428449240-34,  
**WADIH DAMOUS**, CPF 548.124.457-89 e **LUIZ PAULO TEIXEIRA  
FERREIRA**, CPF n. 024.413.698-06, devidamente qualificados nos autos dos  
processos em epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, expor e requerer

### **MEDIDA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

Com fulcro na Resolução CNJ 135/2011 e, subsidiariamente, no Código de  
Processo Civil (Lei 13105/2015), em especial no parágrafo único do art. 9º,  
art. 300 e seguintes, pelos fatos e argumentos a seguir expostos:

## **I- Do Cabimento da Medida Cautelar de Urgência**

A Resolução nº 135/2011, editada pela Presidência deste CNJ, enuncia nos considerados que motivam seu objeto (dispor “sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências”), a observância das normas específicas voltadas à magistratura e também o uso da legislação ordinária vigente.

Diante do seguimento válido das representações propostas contra o juiz Sérgio Moro, com a determinação de apuração dos fatos denunciados, **adota-se para todos os fins, os direitos constitucionais ao devido processo legal, e assim, autorizada às partes agirem de acordo com as normas processuais vigentes** a fim de assegurar o alcance da efetividade da decisão decorrente do processo e de seus efeitos, inclusive para **fazer uso do instrumental processual de tutela provisória de urgência, nos termos dispostos nos arts. 300 e seguintes do Código de Processo Civil.**

Isto porque, **a admissão do pedido de exoneração do juiz Sérgio Moro, noticiado neste dia de sexta-feira, 16 de novembro de 2018, na página eletrônica do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Doc. 1), contra o qual tramitam processos administrativos disciplinares** – a exemplo dos processos citados em epígrafe e outros –, **configura ato administrativo anulável**, por flagrante burla ao art. 27 da Resolução CNJ 135/2011, que determina o **impedimento do juiz processado por razões disciplinares afastar-se, voluntariamente, do exercício do cargo.**

Diante do exposto, justifica-se o cabimento da tutela cautelar de urgência, a ser concedida liminarmente, impõe sobre esta Colenda Instancia a adoção de medida pelo perigo da irreversibilidade dos efeitos da decisão deste colendo Conselho, posto que os elementos que evidenciem a probabilidade do direito apresentados nas reclamações disciplinares apontadas, correm vigoroso risco de não alcançar o seu resultado útil.

## **II- Dos Fundamentos**

Em razão da Representação de que trata os presentes autos e outras tantas listadas em epígrafe, todas elas em face do Senhor Juiz Federal **SÉRGIO MORO**, esta Corregedoria determinou a abertura de procedimentos apuratórios das irregularidades praticadas e cada uma destas ações ainda não alcançaram seu resultado útil.

Ressalte-se que alguns dos processos epígrafados também foram instaurados *ex officio* pela própria Corregedoria.

Contra o Representando, fatos contundentes são expostos nas respectivas peças exordiais das reclamações propostas e que conduzem a apuração das graves irregularidades na sua conduta em processos sob a sua competência na 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, em que é titular, especialmente aqueles que tramitam contra o ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e de pessoas associadas ou filiadas ao Partido dos Trabalhadores.

Em apertada síntese, os pedidos de instauração de Processos Administrativos Disciplinares contra o juiz Sérgio Fernando Moro, justificam-se em razão de sua conduta incompatível com a parcialidade imposta ao ocupante do cargo de magistrado. Os mais recentes fatos ocorreram durante o processo eleitoral, em que o mesmo agiu para interferir no pleito quando, a poucos dias da eleição no primeiro turno, sem qualquer relevância para a investigação em curso e sem interesse público ou social, autorizou e disponibilizou para toda a imprensa brasileira, o conteúdo da colaboração premiada levada a termo pelo ex-ministro Antônio Palocci perante a Polícia Federal, em que se veiculava acusações vazias de provas contra o ex-Presidente LULA, a presidenta Dilma Rousseff e contra o Partido dos Trabalhadores, em incontestável propósito de desestabilizar a candidatura da citada legenda do pleito eleitoral que transcorria.

Registre-se que a “delação premiada” foi rechaçada tanto pelo Ministério Público – em especial por um dos principais procuradores

atuantes da operação “**Lava Jato**”, Carlos Fernando dos Santos Lima, que prestou declarações públicas críticas aos termos da colaboração -, como também pelo próprio Poder Judiciário, como decidido pelo desembargador João Pedro Gebran Neto, relator do caso no TRF-4, em 21 de junho deste ano, afirmando que “não cabe neste momento inicial o exame detido do conteúdo das declarações prestadas” por Palocci. “Tampouco o momento da homologação é adequado para aferir a idoneidade dos depoimentos dos colaboradores”.

Agindo dessa maneira, o Representado adotou, claramente, uma posição política (parcialidade) e não jurídica, voltando-se contra uma determinada candidatura (do Partido dos Trabalhadores), **interferindo, ilegitimamente, na regularidade das eleições.**

Aliás, a prática do representado não é inédita e já fora denunciada em outras ocasiões, diante dos principais e evidentes abusos que tem cometido com a condescendência de vazamentos seletivos e direcionados a canais de televisão específicos e quase que em tempo real, como ocorreu no inesquecível episódio que marcou como nódoa a nossa República, em que o juiz/investigador, aqui Representado. Sérgio Moro, deliberadamente determinou o vazamento de interceptação telefônica da conversa entre a então-presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, expondo a prova mais sombria e despuorada de suas intenções persecutórias à legenda, filiados e exercentes de cargos dos governos do Partido dos Trabalhadores. Fato esse merecedor da repreensão judicial e mesmo objeto de reconhecimento do erro pelo próprio Representado.

Também cumpre mencionar a abertura de Reclamação Disciplinar por ter este aceitado convite para ocupar, durante o governo do Presidente eleito Jair Bolsonaro, o cargo de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, tendo tal convite sido gestado quando o magistrado ainda exercia sua função, conforme declarado pelo vice-presidente eleito, general da reserva Hamilton Mourão. Também o Representado reuniu-se, durante a campanha eleitoral, com o anunciado futuro ministro da pasta a ser denominada Ministério da

Economia, Paulo Guedes; sendo tal evento confirmado pelo próprio juiz Sérgio Moro.

Ainda neste ano, o magistrado envolveu-se na controvérsia referente ao deferimento de medida liminar nos autos do *habeas corpus* nº. 5025614-40.2018.4.04.0000/PR, para suspender os efeitos da execução provisória da pena imposta ao Paciente ex presidente Lula, ordem esta da lavra do e. Desembargador Federal Rogério Favreto, reconhecendo os constrangimentos ilegais a ele impostos. A ordem havia sido concedida em razão de uma série de omissões ilegais **praticadas pelo juízo da 12ª Vara Federal**, responsável pela execução provisória da pena, no entanto, o juiz Sérgio Moro, em gozo de férias fora do Brasil, arvorou-se em manifestar-se nos autos, sem que jamais pudesse ter reconhecida sua competência para dirimir qualquer questão no caso.

Com efeito, a conduta do magistrado Representado, inclusive no bojo do encerramento do recente processo eleitoral, **demonstra que não agiu nos processos judiciais sob sua esfera de competência com a necessária ponderação e observância dos postulados da razoabilidade, imparcialidade, proporcionalidade e, principalmente, da legalidade que devem caracterizar as ações de magistrado, incorrendo em falhas funcionais, administrativas e disciplinares** agora investigadas por esse Conselho Nacional de Justiça.

Ocorre que, no último dia 02 de novembro de 2018 o juiz Sérgio Fernando Moro divulgou nota aceitando o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro para o cargo de Ministro da Justiça.

A parcialidade do juiz Sérgio Fernando Moro é gritante. Foi convidado quando a campanha eleitoral estava em curso. Uma semana antes do primeiro turno, quando ainda não havia uma ascensão do candidato Jair Bolsonaro, o juiz divulgou dados aos quais tinha dever de proteção, sem qualquer relação temporal. Dados que repisavam acusações contra o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, cujo candidato Fernando Haddad, estava na disputa com crescimento na preferência do eleitorado.

Note-se que não há como negar que o juiz Sérgio Fernando Moro age com interesses ilegítimos e por paixões políticas. Urge que o Judiciário brasileiro e seus órgãos de controle demonstrem que o Direito e as instituições estão acima disso e dos caprichos, desejos e vontades dele.

Agora, em 16 novembro, o juiz pede exoneração do cargo de magistrado, sabedor e ciente dos processos disciplinares que contra ele tramitam nas instancias corregedoras deste Conselho Nacional, bem como do Tribunal Regional a que está vinculado.

Ato célere e contínuo, na mesma data, sexta-feira, após o simbólico feriado de 15 de novembro (neste ano comemorado na quinta-feira) o presidente do TRF-4 deferiu, apressadamente, sobre tal pedido de exoneração.

O artigo 27 da Resolução 135/2011 deste Conselho Nacional estabelece a impossibilidade de afastamento do magistrado que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar até que haja “a conclusão do processo ou do cumprimento da penalidade”. O dispositivo citado menciona a hipótese de aposentadoria voluntária, hipótese de flagrante burla ao enfrentamento do resultado útil do processo disciplinar.

Pelo princípio da instrumentalidade das formas e da fungibilidade frente ao Direito, aqui equivale o citado dispositivo da Resolução (art. 27), pois adequado ao caso exposto em que o magistrado, em flagrante pretensão de burla à sua responsabilidade diante das irregularidades contra si imputadas e fortemente

Observa-se dos fatos narrados, que os atos de Moro representam verdadeira artimanha jurídica – dentre as várias já praticadas pelo reclamado – para, agora, se esquivar das investigações capitaneadas por este c. Conselho Nacional de Justiça. Isso porque, ao requerer exoneração do cargo após instaurados contra ele uma série de processos, intenta o Reclamado **evadir-se das investigações promovidas por este c. CNJ.**

Faz-se necessário, portanto, que este c. **CNJ impeça a fuga que o Reclamado pretende promover, por meio de estratégias jurídicas reprováveis, enquanto investigado.**

## II – DOS PEDIDOS

Pelo exposto, pugnam os reclamantes pelo:

- a. Deferimento liminar de tutela provisória de urgência, *inaudita altera pars*, previstos nos arts. 9º, 300 e seguintes do Código de Processo Civil, diante do perigo da irreversibilidade dos efeitos da decisão deste colendo Conselho nas reclamações disciplinares em curso, posto que foi deferido **o pedido de exoneração do juiz Sérgio Moro pelo presidente do TRF-4, em 16 de novembro de 2018**, sendo tal ato anulável em face do art. 27 da Resolução CNJ 135/2011, pois há elementos que evidenciam a probabilidade do direito apresentados nas reclamações disciplinares apontadas, que corre vigoroso risco de não alcançar o seu resultado útil.
- b. **Requer-se, ainda, a imediata sustação dos efeitos da exoneração do juiz federal Sérgio Fernandes Moro.** Alternativamente, a suspensão do ato até a apreciação, por parte do Plenário deste Conselho Nacional de Justiça, da presente cautelar;

- c. **Oitiva do senhor Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores**, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, após o deferimento da liminar, para, querendo, prestar esclarecimentos acerca do deferimento do pedido de Sérgio Moro para exoneração do cargo de Juiz Federal.

**Termos em que**

**Pedem e esperam deferimento.**

Brasília, 16 de novembro de 2018

WADIH DAMOUS      PAULO PIMENTA  
Deputado Federal PT/RJ      Deputado Federal PT/RS

PAULO TEIXEIRA  
Deputado Federal PT/SP

Eneida Vinhaes Bello Dultra  
OAB/BA 13.993

José Sousa de Lima  
OAB/DF 5.8166

Desirée Gonçalves de Sousa  
OAB/DF 51.483